



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

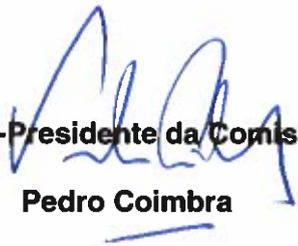
**Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Orçamento e
Finanças**

N/Refª: 69/CEIOPH

Data: 19 de maio de 2020

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Conta Geral do Estado - 2018 que foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP, PAN e PEV, na reunião desta Comissão realizada em 19 de maio.

Com os meus melhores cumprimentos,


O Vice-Presidente da Comissão
Pedro Coimbra

Parecer
Conta Geral do Estado (CGE) 2018

Autor: Deputada
Cristina Jesus (PS)

ÍNDICE

PARTE I – CONSIDERANDOS

- 1. Nota introdutória**
- 2. Contexto macroeconómico**
- 3. Análise setorial no âmbito das matérias conexas à 6ª Comissão**
 - 3.1 Planeamento e Infraestruturas (P014)**
 - 3.2 Economia (P015)**
 - 3.3 Ambiente e Transição Energética (P016)**

PARTE II – OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE III – CONCLUSÕES

PARTE I – CONSIDERANDOS

1. Nota introdutória

A Comissão de Orçamento e Finanças (COF) remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação a Conta Geral do Estado (CGE) relativa ao ano de 2018, acompanhada pelos Pareceres do Tribunal de contas (TC) e do Conselho Económico e social (CES), para que esta se pronuncie, elaborando um parecer sobre as suas áreas de competência, que deverá ser incluído no relatório final da COF sobre a CGE 2018.

Ao abrigo da alínea d) do artigo 162º da Constituição da República Portuguesa, a CGE deve ser apresentada até ao dia 31 de dezembro do ano subsequente, tendo a CGE 2018 dado entrada na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa a 2 de junho de 2019.

Para a análise da CGE 2018, importa ter presente que a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei nº 114/2017, de 20 de dezembro de 2017) foi aprovada pela Assembleia da República a 27 de novembro de 2017 e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

A elaboração deste parecer implica a análise do documento da CGE2018, incidindo exclusivamente sobre as matérias que cabem no âmbito de competência da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.

2. Contexto macroeconómico

Contexto internacional

A CGE2018 coloca em evidência a desaceleração económica e do comércio mundiais, ocorridas em 2018, que cresceram 3,6% e 3,8%, respetivamente, abaixo dos crescimentos verificados no ano anterior (3,8% e 5,4%, em 2017, respetivamente). Este abrandamento deve-se principalmente aos países emergentes e em desenvolvimento bem como à desaceleração da economia na China.

A área do Euro acompanhou o abrandamento económico mundial, tendo o PIB desacelerado para 1,9% (contra um crescimento de 2,4%, no ano anterior) devido essencialmente à desaceleração das exportações de bens e serviços (3,1% em 2018 e 5,2% em 2017), provocada pelo abrandamento das trocas comerciais mundiais. O aumento da incerteza política com a indefinição da saída do Reino Unido da União

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Europeia e o impacto do regulamento europeu sobre emissões de gases, designadamente no enfraquecimento do setor industrial, mais em particular no setor automóvel, são outros fatores apontados pela CGE que explicam a desaceleração económica europeia.

Quanto ao investimento, na área do euro, apresentou um comportamento mais benéfico, causado em grande parte pela manutenção de condições de financiamento favoráveis e da continuação da orientação acomodaticia da política monetária do BCE. Relembra que o Conselho do BCE decidiu estender, até ao final de 2018, o programa de compra de ativos do setor público (lançado em 2015) ainda que diminuindo ao longo do ano o montante de compras mensais de 30 para 15 mil milhões de euros, continuando a proporcionar maior liquidez aos bancos e a facilitar o financiamento à economia.

Na Zona Euro, o consumo privado manteve um crescimento moderado, beneficiando da melhoria das condições no mercado de trabalho e da redução do endividamento das famílias. Com efeito, o emprego cresceu 1,5% (1,6% em 2017) e a taxa de desemprego diminuiu para 7,9% no final do ano (8,6% em dezembro de 2017).

A continuação da política de corte de produção do petróleo da OPEP, influenciou o preço do Brent que continuou a aumentar, em 2018, para se situar em média em 72/dólares/bbl (61 euros/bbl).

Quanto à taxa de câmbio, do euro face ao dólar, seguiu uma trajetória descendente a partir de maio de 2018, atingindo 1,15 em dezembro de 2018 (1,7 no mesmo período de 2017), o que representa uma depreciação de 4,5%, influenciada pelo abrandamento da economia da área do euro, pelos efeitos do crescente protecionismo do comércio global e pelas políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA.

Contexto nacional

No que concerne à economia portuguesa, segundo a CGE 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,1% em 2018, acima do crescimento verificado quer para a Área do Euro (1,9%) quer para o conjunto da União Europeia (2,0%). O crescimento económico ficou apenas a 0,1 pontos percentuais abaixo do previsto no OE 2018 (2,2%), devido essencialmente ao comportamento menos favorável das exportações de bens e serviços e do investimento.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Quadro 2 — PIB e principais componentes

(taxas de variação homóloga, em %)

	2016	2017	2018	2017				2018			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
Taxa de crescimento homólogo real (%)											
PIB	1,9	2,8	2,1	3,1	3,1	2,5	2,5	2,2	2,5	2,1	1,7
Consumo Privado	2,4	2,3	2,5	2,5	2,0	2,7	2,2	2,2	2,8	2,3	2,8
Consumo Público	0,8	0,2	0,8	-0,1	-0,3	0,6	0,7	0,9	1,1	0,8	0,7
Formação Bruta de Capital Fixo	2,3	9,2	4,4	10,2	11,3	9,3	6,1	4,5	4,7	5,0	3,5
Exportações	4,4	7,8	3,6	9,7	8,2	6,2	7,2	4,9	4,9	4,9	4,9
Importações	4,7	8,1	4,9	8,9	7,7	8,7	7,2	5,6	7,5	3,4	3,3
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)											
Procura Interna	2,0	3,1	2,8	2,9	3,0	3,8	2,7	2,7	2,9	2,5	3,3
Procura Externa Líquida	-0,2	-0,3	-0,7	0,1	0,0	-1,3	-0,2	-0,5	-0,4	-0,3	-1,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais Trimestrais

Com efeito, as exportações de bens e serviços cresceram 3,6% (7,8% em 2017), motivadas pela dinâmica quer das exportações de bens (3,6% em 2018; 6,7% em 2017) quer das exportações de serviços (3,8% em 2018; 11% em 2017). A desaceleração das exportações de bens é muito justificada pelas restrições à produção dos automóveis da Autoeuropa e à greve dos estivadores dos portos, que ocorrem no 2º trimestre do ano.

As importações cresceram 4,9%, abaixo dos 8,1% registados no ano anterior. Esta desaceleração deve-se essencialmente, do lado dos bens, ao crescimento das importações de combustíveis e da importação de metais comuns. Do lado dos serviços, a desaceleração das importações foi fortemente influenciada pelos serviços de transporte, que em conjunto com o setor das viagens e turismo representam 55% do total das importações de serviços.

O investimento (FBCF) cresceu 4,4%, depois de um crescimento de 9,2% no ano anterior. As componentes que mais contribuíram para o crescimento do investimento foram as máquinas e equipamento (6,9%), os produtos de propriedade intelectual (4,9%) e a construção (3,1%), que só por si representa 46% do total do investimento.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

O consumo privado acelerou ao crescer 2,5% (2,3% em 2017), motivado pela aceleração do consumo de bens alimentares e de bens correntes não alimentares (+ 0,5p.p. e +0,2p.p., respetivamente) e pela desaceleração do consumo de bens

Importa sublinhar que os dados apresentados pela CGE2018 sobre as Contas Nacionais Trimestrais (INE), referenciadas infra, foram, entretanto, atualizadas (23 de setembro de 2019) para a base de 2016 (substituindo a anterior base 2011), tendo sido revisto os valores do crescimento económico e das suas componentes, para 2016, 2017 e 2018. Assim, com esta revisão temos em 2018:

- A economia portuguesa cresceu 2,6% (3,5% em 2017);
- O consumo privado e o consumo público aceleraram para 2,9% e 0,9%, respetivamente (2,1% e 0,2% respetivamente em 2017);
- O Investimento (FBCF) cresceu 5,8% (11,5% em 2017);
- As exportações cresceram 4,5% (8,8% em 2017) e as importações cresceram 5,7% (8,1% em 2017).

PIB e principais componentes (SEC2010, base 2016)

	2016	2017	2018
Taxa de crescimento homólogo real (%)			
PIB	2,0	3,5	2,6
Consumo Privado	2,6	2,1	2,9
Consumo Público	0,8	0,2	0,9
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	11,5	5,8
Exportações	4,4	8,4	4,5
Importações	5,0	8,1	5,7
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)			
Procura Interna	2,2	3,3	3,1
Procura Externa	-0,2	0,2	-0,4

INE, CNT

duradouros (-1,2p.p.).

Quanto ao mercado de trabalho, em 2018, a taxa de desemprego desceu mais acentuadamente que o previsto no OE2018 (8,6%) ao fixar-se em 7,0% (8,9% em 2017), assim como o emprego que acabou por crescer de forma robusta (2,3%) muito acima do previsto no OE2018 (0,9%).

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Quadro 3 — População ativa, emprego e desemprego

(taxas de variação homóloga, em %)

	2016	2017	2018	2017				2018			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
População Ativa	-0,3	0,8	0,3	0,6	1,2	0,7	0,8	0,7	0,1	0,2	0,1
Emprego Total	1,6	3,3	2,3	3,2	3,6	3,1	3,3	3,1	2,2	2,1	1,9
Taxa de Desemprego (%)	11,1	8,9	7,0	10,1	8,8	8,5	8,1	7,9	6,7	6,7	6,7
Desemprego de longa duração (% total)	62,1	57,5	51,1	58,9	59,2	57,3	54,0	53,8	52,2	50,0	47,8
Taxa de desemprego jovem (% 15-24)	27,9	23,9	20,3	25,1	22,7	24,3	23,4	21,8	19,4	20,0	19,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito Trimestral ao Emprego

Para o crescimento do emprego contribuíram os setores dos serviços e da indústria transformadora, enquanto que o emprego no setor da agricultura, silvicultura e pescas e no setor da construção diminuíram.

A taxa de Desemprego de Longa Duração baixou acentuadamente para 3,6% (5,1% em 2017) diminuindo o seu peso no total do desemprego (51,1%). Verifica-se igualmente uma queda do desemprego jovem significativa, com a taxa de desemprego a diminuir para 20,3% (23,9% em 2017), que corresponde a menos 13.100 jovens desempregados.

Salienta-se ainda que o aumento do emprego foi mais significativo no setor privado (2,5%) que no setor público (1,4%).

Relativamente à inflação, em 2018, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) baixou para 1% (1,4% em 2017), devido essencialmente à evolução da inflação subjacente (excluindo os produtos energéticos e os alimentares não transformados), dado que cresceu 0,7% (1,1% em 2017).

Quadro 4 — Índice de Preços no Consumidor (IPC) e Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC)

(taxas de variação homóloga, em %)

	2016	2017	2018	2017				2018			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
IPC Total	0,6	1,4	1,0	1,4	1,4	1,1	1,3	0,8	1,0	1,4	0,8
Bases	0,0	0,9	0,5	1,5	0,7	0,3	1,0	0,0	0,7	1,0	0,4
Subjacentes	1,5	2,1	1,7	1,3	2,6	2,4	2,3	1,9	1,4	2,0	1,4
IPC Subjacente	0,7	1,1	0,7	0,6	1,3	1,2	1,2	0,8	0,6	0,8	0,5
IHPC Portugal	0,6	1,4	1,2	1,4	1,7	1,3	1,8	0,9	1,2	1,8	0,8
IHPC Área do Euro	0,2	1,5	1,7	1,7	1,5	1,5	1,4	1,3	1,7	2,1	1,9
Diferencial (p.p.)	0,4	0,0	-0,5	-0,3	0,2	-0,2	0,4	-0,4	-0,5	-0,3	-1,1
Deflador do PIB	1,0	1,3	1,4	1,0	1,0	1,7	1,8	1,8	1,3	1,4	1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat

Já o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) desacelerou para 1,2% (1,6% em 2017), aumentando o diferencial face ao IHPC da área do euro (diferencial em 2018=0,5 p.p.; em 2017=0,1 p.p.).

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

A produtividade aparente do fator trabalho registou uma quebra de 0,2% em 2018, num ambiente em que o crescimento do emprego teve uma maior dinâmica do que a evolução da atividade económica.

Quadro 5 — Produtividade, salários e custos do trabalho

	2016	2017	2018	taxas de variação homóloga, em %							
				2017				2018			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
Custos de Impl. Unidade Produzida ⁽¹⁾ (M. %)	1,4	2,1	2,3	0,9	1,8	1,3	4,8	1,3	0,8	1,7	4,3
Produtividade ⁽²⁾	0,3	-0,5	-0,2	0,3	-0,9	-4,4	-0,9	-1,0	0,4	0,0	-0,2
Remuneração/Boa p/Trabalhador ⁽³⁾	1,7	1,6	2,0	1,1	1,0	0,9	3,1	0,3	1,2	1,7	4,6
Preços do Trabalho - Bens e Serviços (M. %)	1,3	-0,7	-0,4	-2,3	-0,8	0,2	0,1	0,9	-0,3	-0,9	-2,1
Taxa de Câmbio Real Efetivo ⁽⁴⁾	1,6	0,4	0,9	-0,9	0,2	1,2	2,1	2,3	1,4	0,6	-0,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

NOTAS:

⁽¹⁾ Valores trimestrais referem-se ao ano terminado;

⁽⁴⁾ Deflacionada pelo IIPC. 138 Preços Comerciais

Os custos de trabalho por unidade produzida e as remunerações por trabalhador cresceram a uma taxa ligeiramente superior à registada em 2017. A sua evolução é principalmente explicada pela aceleração da taxa de crescimento das remunerações por trabalhador, que passou de 1,6% para 2%.

3. Análise setorial no âmbito das matérias conexas à 6ª Comissão

3.1 Planeamento e Infraestruturas (P014)

O Programa 014 é composto pela Tutela do Desenvolvimento e Coesão e pela Tutela das Infraestruturas, sendo a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) a respetiva Entidade Coordenadora (EC).

Em 2018, foram mantidos os enfoques na execução dos fundos comunitários do atual período de programação, a preparação das linhas de força das políticas estruturais no pós-2020 e a consolidação do investimento no eixo das infraestruturas, em particular no Plano “Ferrovia 2020”.

No âmbito dos fundos estruturais, importa referir que se concluiu, a 7 de dezembro de 2018, a reprogramação estratégica e programática do Portugal 2020 para permitir que este programa contribua de forma mais inteligente para a implementação dos desafios estruturais do país de forma a responder às novas dinâmicas da economia.

O foco da política de desenvolvimento e coesão reside na execução dos fundos estruturais e de investimento em que assenta o Portugal 2020, e ainda na prossecução do seu alinhamento com o Programa Nacional de Reformas (PNR). Foram identificadas quatro principais prioridades:

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

- Promoção da competitividade e inovação, através do incentivo ao investimento empresarial, consolidando as dinâmicas criadas em 2017 no Portugal 2020;
- Incentivo à coesão territorial, continuando a promover o investimento autárquico e as infraestruturas públicas e a dinamização socioeconómica dos territórios de baixa densidade;
- Apoio à qualificação dos portugueses, integrando o reforço de novas prioridades com o programa QUALIFICA, em linha com o PNR;
- Intensificação da concretização de projetos de investigação e inovação, promovendo a valorização e internacionalização do conhecimento e a cooperação entre as entidades do sistema científico e tecnológico nacional e o tecido empresarial.

O desempenho do Programa relativo ao Planeamento, foi indexado a um objetivo de política – “dinamizar o investimento na economia através de uma utilização eficaz dos recursos financeiros dos fundos estruturais europeus” – e a dois indicadores, a saber: rácio do pagamento programado do PT2020, com uma meta de 35% totalmente cumprida, e o valor reembolsado pela CE que ultrapassou a meta estabelecida de 2 mil milhões de euros, com uma taxa de execução de 116%. Em termos globais, o Programa registou uma média de execução de 101%, o que sugere um nível de desempenho em linha com o planeado.

Quadro 163 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Desenvolvimento e coesão

Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado	Taxa de Execução
Dinamizar o investimento na economia através de uma utilização eficaz dos recursos financeiros dos fundos estruturais europeus	Rácio pagamento programado do Portugal 2020	35%	35%	100%
	Valor reembolsado pela Comissão Europeia	2000 M€	2.317 M€	116%

Fonte: Ministério do Planeamento e Infraestruturas

No âmbito das infraestruturas, manteve-se a prioridade dos investimentos na ferrovia, previstos no Plano “ferrovia 2020”, reforçando o papel da ferrovia no transporte de passageiros e mercadorias e na articulação dos diferentes modos de transporte, numa lógica de complementaridade.

Quanto à Rodovia, foi dada continuidade à prossecução do plano de requalificação da rede rodoviária de proximidade, que desde 2016 tem vindo a ser desenvolvido no sentido de reforçar quer a fluidez quer a segurança na circulação de veículos e peões.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

o Governo procurou também obter aprovação da Assembleia da República para o Programa Nacional de Investimentos 2030, o qual constituirá a base para a preparação e negociação do novo quadro de apoios europeus pós-2020.

O desempenho do Programa orçamental relativo às infraestruturas foi indexado a dois objetivos, com um indicador para cada:

Quadro 164 — PO14 — Planeamento e Infraestruturas: Infraestruturas

Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado	Taxa de Execução
Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do PETI3+	Taxa de execução financeira do investimento previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) — 2014-2020 (%)	0,159	0,127	0,798
Otimizar o recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes	Taxa de cobertura das necessidades de investimento PETI 3+ por financiamento comunitário (%)	0,762	0,828	1,086

Fonte: Ministério do Planeamento e Infraestruturas

No objetivo “Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do PETI3+”, verifica-se um desvio de 3,2 pontos percentuais face à meta, devido essencialmente à falta de capacidade de execução por parte de alguns dos empreiteiros; à conclusão dos projetos de execução; ao atraso nos processos de contratação pública e à libertação de terrenos necessários à execução de algumas intervenções.

Em sentido contrário, verifica-se um resultado superior ao estabelecido na meta para o objetivo sobre a otimização do recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes.

Na análise aos indicadores de eficácia, eficiência e economia, destaca-se uma variação da taxa de execução dos objetivos de mais 10 p.p face a 2017, bem como a evolução positiva do rácio entre a taxa de execução dos objetivos sobre a taxa de execução orçamental, o que evidencia uma evolução positiva do padrão de desempenho do Programa Orçamental, bem como um reforço dos mecanismos de planeamento e definição de metas em sede de preparação do Orçamento do Estado.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Quadro 165 — PO14 — Planeamento e Infraestruturas: Indicadores de Eficácia, Eficiência e Economia

	2016	2017	2018
Eficácia			
Taxa de Execução dos Objetivos	107%	92%	101%
Variação da Taxa de Execução dos Objetivos		-14%	10%
Eficiência			
Taxa de autofinanciamento (despesa não financiada por RG face ao total da despesa)	71%	62%	61%
Variação da taxa de Autofinanciamento face ao P. H.		-12%	-2%
Economia			
Variação da despesa face ao P. H.		-60 828 699 €	377 442 307 €
Rácio taxa de execução dos objetivos/ taxa de execução Orçamental	1,4	1	1,2

Fonte: Ministério do Planeamento e Infraestruturas

Análise da despesa

A despesa total consolidada do Programa situou-se em 3.235,8 milhões de euros e a despesa efetiva (excluindo ativos e passivos financeiros no valor de 138,2 e 123,4 milhões de euros, respetivamente) fixou-se em 2.974,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 86% face ao orçamento corrigido.

Quadro 161 — PO14 — Planeamento e Infraestruturas: Despesa por classificação económica

(milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2018			Execução de 2018		
	Estado	SA	Total Consolidado	Estado	SA	Total Consolidado
Despesa Corrente	236,1	1 563,0	1 463,7	227,0	1 399,9	1 307,0
Despesas com Pessoal	2,9	303,6	396,5	2,0	357,9	360,8
Aquisição de Bens e Serviços	0,7	608,0	608,7	0,6	562,3	503,0
das quais: intra-instituições do PO13 (Saúde)	0,0	0,0		0,0	0,0	
Auxílios e outros encargos	0,0	227,1	227,1	0,0	219,9	219,9
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Transferências Correntes	232,4	232,0	127,5	224,0	219,5	123,0
das quais: intra-instituições do PO	232,4	102,5		224,0	96,5	
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas Correntes	0,0	103,8	103,8	0,0	100,3	100,3
Despesa de Capital	642,3	3 603,0	2 599,2	642,3	1 932,6	1 928,9
Aquisição de Bens de Capital	0,1	1 985,1	1 985,2	0,1	1 666,2	1 666,3
Transferências de Capital	642,4	5,6	1,7	642,3	4,8	1,0
das quais: intra-instituições do PO	642,4	3,8		642,3	3,8	
Ativos Financeiros	0,0	476,9	476,9	0,0	138,2	138,2
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Passivos Financeiros	0,0	135,4	135,4	0,0	123,4	123,4
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	878,5	4 166,6	4 062,9	869,3	3 332,5	3 235,8
DESPESA EFETIVA	878,5	3 554,3	3 450,6	869,3	3 070,9	2 974,2
Operações intra-instituições do PO(AC)			982,2			966,6

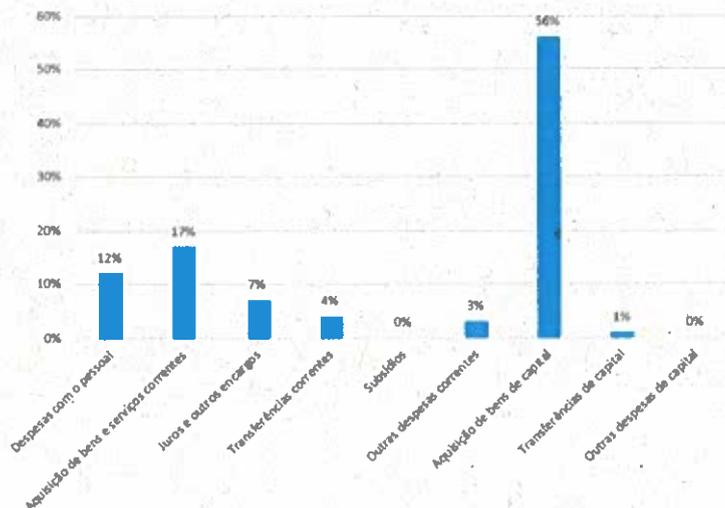
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa corrente consolidada ascendeu a 1.307,0 milhões de euros, representando 40% do total consolidado, e a despesa de capital consolidada ascendeu a 1.928,9 milhões de euros, ou seja 60% do total. As taxas de execução situaram-se, para as despesas correntes em 89% e para as despesas de capital em 100%.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

O peso das despesas com aquisição de bens de capital representa 56% do total, com a aquisição de serviços 15,5% e com as despesas do pessoal 11,2%.

Gráfico 30 — PO14 — Planeamento e Infraestruturas: Despesa por agrupamento



Fonte: Ministério do Planeamento e Infraestruturas

Na desagregação da despesa do Programa por medidas (19 medidas), salienta-se a medida “079- Transportes e Comunicações – Parcerias Público Privadas”, que totaliza 2.031,9 milhões de euros, ou seja, 48,4% do total, seguindo-se a medida “055- transportes e comunicações – Transportes Ferroviários” que totaliza 1.196,2 milhões de euros (28,5% do total).

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Quadro 162 — PO14 — Planeamento e Infraestruturas: Despesa por medidas do Programa

(milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2018	Execução de 2018	Estrutura de 2018 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	89,7	81,1	1,9
003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA	0,2	0,1	0,0
004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	2,8	2,8	0,1
028 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	37,7	34,8	0,8
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	0,2	0,1	0,0
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	7,3	0,3	0,0
036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA	3,6	0,6	0,0
052 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	79,7	62,5	1,5
053 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - INVESTIGAÇÃO	37,5	32,3	0,8
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	425,2	353,4	8,4
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1 381,3	1 196,2	28,5
056 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES AERÉOS	0,0	0,0	-
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	1,0	0,8	0,0
058 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES	82,1	74,2	1,8
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	57,4	227,5	5,4
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	13,5	10,4	0,2
079 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	2 172,5	2 031,9	48,4
084 - SIMPLEX +	3,0	0,3	0,0
085 - INCÊNDIOS FLORESTAIS DE 2017	132,4	93,1	2,2
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	5 045,1	4 202,4	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	4 062,9	3 235,8	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	3 450,6	2 974,2	
Por Memória			
Ativos Financeiros	476,9	139,2	
Passivos Financeiros	135,4	123,4	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quanto aos recursos humanos, de acordo com a DGAEP/DEEP, em 31 de dezembro o Programa contava com 2.557 postos de trabalho, registando-se uma diminuição homóloga face ao mesmo período de 2017. Contudo, considerando o ano completo de 2018, verifica-se uma redução de 12 trabalhadores, face a 2017, e nos fluxos acumulados em termos definitivos, assistiu-se a 17 novas entradas e 29 saídas definitivas, das quais 21 por reforma/aposentação. A idade média estimada dos trabalhadores é de 52 anos, acima da média da Administração Central (46,5 anos), sendo também baixo o índice de juventude, dado que para cada 100 trabalhadores, apenas 6,3 têm menos de 40 anos.

3.2 Economia (PO15)

De acordo com a CGE 2018, as principais atividades e projetos desenvolvidos no âmbito do programa Economia dizem respeito a:

- Linha capitalizar 2018;
- Linha de Financiamento a Entidades Veículos de Business Angels;

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

- Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco e ao Fundo 200M mediante comparticipação do COMPETE, via FINOVA;
- Programa REVIVE, que visa a valorização de edifícios com elevado valor patrimonial e cultural;
- ao lançamento da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo — StartUP Portugal — com destaque para a Web Summit, o maior evento de empreendedorismo tecnológico do mundo;
- a criação de uma Rede Nacional de Incubadoras, de FabLabs (prototipagem) e makers;
- a criação de Zonas Livres Tecnológicas.

A maioria das verbas inscritas no orçamento foi direcionada para medidas de incentivo à capitalização das empresas, nomeadamente através da implementação de novos instrumentos financeiros, designadamente o Fundo de Coinvestimento 200M, salientando-se ainda o Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), o Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC), o Fundo de Capital e Quase Capital (FC&QC) e o Fundo de Dívida e Garantias (FD&G), que assumiram um papel relevante para o cumprimento deste objetivo.

A execução do Programa Capitalizar foi um instrumento-chave na implementação do Programa Nacional de Reformas, com intervenção no financiamento e investimento, na fiscalidade, na reestruturação empresarial, na simplificação administrativa e enquadramento sistémico, e ainda na dinamização do mercado de capitais.

Na área do Turismo, assistiu-se a um progressivo apoio financeiro à promoção de projetos de valorização patrimonial, quer através do recurso aos fundos estruturais quer através do programa REVIVE. Também a aposta na promoção da cultura portuguesa no estrangeiro, enquanto elemento diferenciador da afirmação de Portugal no Mundo, contribuiu para o objetivo de potenciar o reconhecimento de Portugal no espaço internacional, para a captação de investimento estrangeiro e para a atração do turismo;

No que se refere à redução do défice tarifário, o FSSSE contribuiu com o montante de 155,6 milhões de euros;

No subsetor das EPR, o FCGM contribuiu com 109,4 milhões de euros, destinados a apoiar o financiamento das pequenas, médias e microempresas ou entidades representativas destas.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Análise da despesa

Na desagregação da despesa do Programa por classificação económica, a despesa total consolidada do Programa situou-se em 1.331,7 milhões de euros e a despesa efetiva fixou-se em 614,9 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 85% face ao orçamento corrigido.

Quadro 166 — PO15 — Economia: Despesa por classificação económica

(milhões de euros)

Designação	Orçamento Corrigido de 2018			Execução de 2018		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	33,4	611,6	459,9	81,9	319,4	198,6
Despesas com Pessoal	42,6	88,7	132,5	41,1	79,8	121,6
Aquisição de Bens e Serviços	12,9	116,7	134,6	14,0	94,5	108,5
das quais: intra-instituições do PO15 (Estado)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros e outras encargas	0,0	2,2	2,2	0,0	0,3	0,3
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	36,3	187,1	163,4	35,9	131,1	108,4
das quais: intra-instituições do PO	35,9	24,7	24,7	35,3	28,4	28,4
Subsídios	0,9	12,7	12,7	0,0	10,5	10,9
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	0,3	14,2	14,5	0,3	19,7	19,4
Despesa de Capital	170,4	2 232,4	2 092,3	167,5	1 090,0	963,1
Aquisição de Bens de Capital	3,7	13,9	19,5	3,0	7,7	10,7
Transferências de Capital	164,8	2 092,8	2 411,1	164,6	245,4	232,6
das quais: intra-instituições do PO	164,0	12,9	12,9	164,4	12,9	12,9
Ativos Financeiros	0,0	1 854,3	1 821,7	0,0	743,0	710,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	132,6	0,0	0,0	33,0	0,0
Passivos Para nomear	0,0	7,3	7,3	0,0	7,0	6,9
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
Outras Despesas de Capital	0,0	3,1	3,1	0,0	0,0	3,0
DESPESA TOTAL	263,8	2 854,0	2 552,2	259,4	1 241,3	1 131,7
DESPESA EFETIVA	263,8	692,3	713,5	259,4	391,6	614,9
Operações intra-instituições do PO (AQ)			370,4			169,0

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa corrente consolidada ascendeu a 368,6 milhões de euros, representando 27,3% do total consolidado. Dentro da despesa corrente, são as despesas com o pessoal o agrupamento mais significativo (representa 33% da despesa corrente), devido também ao pagamento das valorizações remuneratórias estabelecidas no OE2018 e do PREVPAP.

A despesa de capital consolidada ascendeu a 963,1 milhões de euros, representando 72,3% do total consolidado. No âmbito desta despesa, destacam-se os ativos financeiros (representam 73,7%), com uma execução de 743 milhões de euros (valores não consolidados) distribuídos maioritariamente entre empréstimos a médio e longo prazo (478,4 milhões de euros) e unidades de participação (43,6 milhões de euros). No entanto, salienta-se um decréscimo face ao Orçamento Corrigido, o qual se deve sobretudo ao Fundo de Contragarantia Mútuo e ao IAPMEI.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

O Programa registou um maior volume da despesa financiada por Receitas Próprias, com uma execução de 650 milhões de euros, representando 48,8% do total da despesa. Seguem-se a execução dos Fundos Europeus, com 524,4 milhões de euros, representando 39,4% do total da despesa, justificada principalmente por um aumento na concessão de incentivos e apoios reembolsáveis a empresas no âmbito do FEDER. Em ambos os casos, os SFA assumem maior relevância.

Na desagregação da despesa do Programa por medidas (8 medidas), salienta-se a medida “065-Outras funções económicas – Diversas não especificadas”, que totaliza 810,7 milhões de euros, ou seja, 50,6% do total, onde o IAPMEI tem maior representatividade (68%) seguido Fundo de Contragarantia Mútuo (16,8%).

Quadro 167 — PO15 — Economia: Despesa por medidas do Programa

(milhões de euros)

Estado, SFA e EPR	Orçamento Corrigido de 2018	Execução de 2018	Estrutura 2018 face à execução (%)
046 - INDÚSTRIA E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	327,5	321,7	20,1
051 - INDÚSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	19,7	27,0	1,7
062 - COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO	286,0	236,4	14,8
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	82,0	72,1	4,5
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	2 036,7	810,7	50,6
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	31,6	28,4	1,6
084 - SAMPLEX -	1,9	0,3	0,0
086 - COMÉRCIO E TURISMO - IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO	137,2	106,1	6,6
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	2 922,8	1 900,7	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2 652,4	1 331,7	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	723,5	614,9	
Por Memória			
Ativos Financeiros	1 821,7	710,0	
Passivos Financeiros	7,2	6,0	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A medida “046 — Indústria e Energia — Administração e Regulamentação” também teve um peso orçamental significativo (20,1%), com uma execução de 321,7 milhões de euros, sendo o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (FSSSE) a entidade que apresentou a maior relevância.

Com um peso de 14,8%, a medida “062 — Comércio e Turismo — Turismo” reflete as disposições referentes à atividade de oferta e procura turística, apresentando um montante de 236,4 milhões de euros, da responsabilidade do Turismo de Portugal, da ENATUR e das Entidades Regionais de Turismo.

Destaca-se ainda a inscrição em 2018 de uma nova medida denominada “086 — Comércio e Turismo — Imposto Especial de Jogo”, a cargo do TP, que contribui com 106,1 milhões de euros (6,6%).

Análise da receita

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Na desagregação do Programa por receita, observa-se que a receita cobrada líquida se fixou em 2.500,1 milhões de euros, representando um desvio de 67% face à previsão corrigida. No entanto, face à previsão inicial a execução da cobrança de receita líquida teve uma evolução significativa (110%).

Quadro 168 — PO15 — Economia: Tipo de receita

(milhões de euros)

Tipo de receita	Orçamento Inicial	Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	% execução face ao orçamento inicial
Receitas Gerais	165,5	201,2	199,3	120,4%
Receitas Próprias	1 554,4	2 941,5	1 747,8	112,4%
Fundos Europeus	508	525,8	485,1	95,5%
Transf. no âmbito das AP	37	69,0	67,9	183,6%
Totais	2 264,9	3 737,5	2 500,1	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quadro 169 — PO15 — Economia: Receita por capítulo

(milhões de euros)

Designação	Previsão Inicial	Previsão Corrigida	Receita Cobrada Líquida	% Execução face à previsão corrigida
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
02- Impostos indiretos	164,0	169,9	154,0	90,6%
04- Taxas, multas e outras penalidades	36,1	24,1	40,7	168,8%
05- Rendimentos da propriedade	17,6	17,4	12,0	69,1%
06- Transferências correntes	124,5	122,9	104,3	84,9%
07- Vendas de bens e serviços correntes	78,0	78,9	74,0	93,8%
08- Outras receitas correntes	11,0	12,0	9,8	82,2%
09- Vendas de bens de investimento	0,3	0,3	0,3	94,5%
10- Transferências de capital	604,2	650,8	622,4	95,6%
11- Ativos financeiros	436,7	686,6	230,0	33,5%
12- Passivos financeiros	787,6	816,5	85,9	10,5%
13- Outras receitas de capital	0,0	0,2	0,2	99,5%
15- Reposições não abatidas nos pagamentos	5,0	13,6	4,6	33,6%
16- Saldo de gerência anterior		1 144,3	1 162,1	101,6%
Total Geral	2 264,9	3 737,5	2 500,1	66,9%

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Destaque para o nível de receita cobrada pelo IAPMEI, cuja missão assenta na promoção da competitividade e do crescimento empresarial, e ainda para a receita do Turismo de Portugal, influenciada pela contabilização de impostos indiretos relativos

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ao Imposto de Jogo, que inclui as receitas provenientes das empresas concessionárias de jogos de fortuna.

Do total da receita cobrada efetiva, ou seja, 1.022,2 milhões de euros, 399,4 milhões de euros (39%) correspondem a Receita Corrente e 622,9 milhões de euros (61%) a Receita de Capital.

A evolução da receita face à previsão inicial, excluindo os saldos de gerência, decorre essencialmente das transferências de capital (622,4 milhões de euros) e deveu-se sobretudo aos contributos do IAPMEI e do FSSSE.

3.3 Ambiente e Transição Energética (P016)

Através do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, foi criado o Ministério do Ambiente cuja missão consiste em “formular, conduzir, executar e avaliar as políticas do ambiente, ordenamento do território, cidades, habitação, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, clima, conservação da natureza, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial”. Este novo Ministério deixou assim de integrar a área da energia e passou a integrar a área dos transportes urbanos e suburbanos e rodoviários de passageiros.

Em 2017, foi criada uma nova Estrutura Orgânica no MAMB, a Secretaria de Estado da Habitação, não contemplada na proposta de orçamento para 2017, pelo Decreto-Lei nº 99/2017, de 18 de agosto.

Em 2018, foi criada uma nova Estrutura Orgânica no MAMB, a Secretaria de Estado da Energia, pelo Decreto-Lei nº 90/2018, de 9 de novembro.

O MAMB passou a designar-se Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE), com a missão de “formular, executar e avaliar as políticas de ambiente, ordenamento do território, cidades, habitação, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, mobilidade, alterações climáticas, clima, conservação da natureza, energia e geologia, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão territorial”.

Assim, no âmbito deste Programa Ambiente as matérias da competência da 6ª Comissão dizem respeito aos **transportes, mobilidade urbana e habitação**, pelo que se destacam-se os seguintes elementos relativos aos ativos e passivos financeiros:

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Quadro 171 – PO16 – Ambiente e Transição Energética: Ativos e passivos

			(euros)	
Agrupamento / Serviço		Dotação Ajustada	Exec. Acumulada	
Ativos Financeiros	FA	6 143 151	6 143 151	
	IHRU	24 113 695	3 243 742	
	METRO PORTO	133 500	133 000	
	METROPOLITANO LISBOA	0	0	
	TRANSTEJO	6 947 134	4 703 055	
TOTAL		37 337 480	14 222 948	
Passivos Financeiros	IHRU	27 358 077	22 358 075	
	METRO PORTO	667 012 991	667 012 990	
	METROPOLITANO DE LISBOA	71 502 576	71 502 576	
	PORTO VIVO	3 752 220	1 500 000	
	VIANAPOLIS	547 339	547 339	
TOTAL		770 173 203	762 920 980	
Total Ativos / Passivos		807 510 683	777 143 928	

Fonte: Ministério do Ambiente e da Transição Energética

- Metro do Porto, S.A., - passivos associados a financiamentos obtidos sobretudo da DGTF;
- Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – passivos associados a amortizações de empréstimos do BEI;
- IHRU - montantes respeitantes a empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB);
- Transtejo - reforço de ativos pela contratação de empréstimo junto da DGTF para financiamento da atividade operacional.

Na desagregação da despesa do Programa por medidas, salientam-se a medida “055- Transportes e Comunicações – Transportes Ferroviários” (Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto) com 1.640,9 milhões de euros, 76,9% do total, e a medida “030- Habitação e serviços coletivos - Habitação”, que representa 2,7% do total do programa, tendo a sua execução ascendido a 57,7 milhões de euros.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Quadro 173 — PO16 — Ambiente e Transição Energética: Despesa por medidas do Programa

(milhões de euros)

Estado, SPA e EPR	Orçamento Corrigido de 2018	Execução de 2018	Estrutura de 2018 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,5	0,0	0,0
026 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	10,2	9,9	0,5
030 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO	112,0	57,7	2,7
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	11,1	9,4	0,4
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	144,2	75,9	3,6
051 - INDÚSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	3,1	2,2	0,1
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1,2	0,4	0,0
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1 656,2	1 640,9	76,9
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	54,3	45,7	2,1
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	320,7	276,4	13,0
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0,1	0,1	0,0
066 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	9,8	3,0	0,1
084 - SIMPLEX +	1,9	0,8	0,0
085 - INCÓMODOS FLORESTAS DE 2017	12,3	11,6	0,3
DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA	2 367,6	2 134,0	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2 259,5	2 055,5	
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	1 459,1	1 253,2	
Por Memória			
Ativos Financeiros	30,3	9,4	
Passivos Financeiros	770,2	762,9	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Das medidas de atuação relacionadas com os transportes e mobilidade urbana salientam-se as seguintes:

- Regulação do «Carsharing» e «Bikesharing» - foi incentivada a utilização deste tipo de serviço de aluguer de curta duração, por via da integração destes modos no mecanismo de IVA criado em 2017 para o transporte público;
- Concretização do investimento em autocarros «limpos» - Em 2018, entrou em operação um conjunto de autocarros “limpos”, dando corpo à renovação planeada dos transportes públicos rodoviários e concretizando um investimento em 516 autocarros;
-
- Revisão dos contratos de serviço público das empresas de transportes coletivos;
- Fundo para o Serviço Público de Transportes - 2018 foi o primeiro ano de funcionamento pleno deste Fundo, dirigido ao apoio financeiro do funcionamento das Autoridades de Transporte descentralizadas. Nesse sentido, foi criado o Regulamento Específico da Concessão de Apoios Financeiros do Fundo para o Serviço Público de Transportes, sendo publicado um conjunto de avisos que procuram dar corpo aos objetivos do Fundo, como por exemplo o Apoio à Descarbonização da Frota de Táxis.
- Continuação da implementação da Estratégia de Descarbonização da Frota Automóvel do Estado – prosseguiu-se a estratégia de descarbonização da frota,

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

concluindo o processo iniciado em 2017 de aquisição de 170 veículos elétricos para a frota do Estado.

- Mobilidade elétrica no setor privado – Em 2018, manteve-se os incentivos à aquisição de veículos elétricos.

Quanto à habitação e reabilitação urbana destacam-se as seguintes em 2018 as medidas de atuação ligadas à dinamização da reabilitação urbana e à promoção do mercado de arrendamento:

- Implementação do Fundo Nacional da Reabilitação do Edificado;
- Programa Reabilitar para Arrendar;
- Programa «Casa Eficiente 2020»;
- Programa de Arrendamento Acessível;
- Reforço do Programa Arrendamento Jovem;
- Revisão do quadro legal e regulamentar da construção — adequação à reabilitação energética dos edifícios;
- Programa Porta de Entrada e Programa 1º Direito – visam dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional.

PARTE II – OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

A relatora do presente parecer reserva, nesta sede, a sua posição sobre a conta Geral do Estado 2018, que, de resto, é facultativa, em conformidade com o disposto no nº3 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República.

PARTE III – CONCLUSÕES

A Comissão de Orçamento e Finanças remeteu à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação a Conta Geral do Estado 2018, acompanhada dos pareceres do Tribunal de Contas e do Conselho Económico e Social, para elaboração de parecer nas áreas da respetiva competência material.

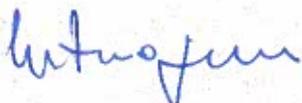
Apreciados os documentos referidos, a Comissão de Economia, inovação, Obras Públicas e Habitação é de parecer que o presente relatório sobre a conta Geral do

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Estado 2018 deve ser presente à Comissão de Orçamento e Finanças, de acordo com a alínea c), do número 1, do artigo 206.º do regimento da Assembleia da República.

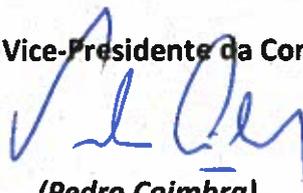
Palácio de S. Bento, 18 de maio de 2020.

A Deputada Autora do Parecer



(Cristina Jesus)

O Vice-Presidente da Comissão



(Pedro Coimbra)